

# EDUCAÇÃO E A ESTRUTURA DO PODER POLÍTICO

## EDUCATION AND THE STRUCTURE OF POLITICAL POWER

Lucas Keiji Maeda, UnB e Senado Federal

### RESUMO

"A educação sempre foi o instrumento chave da construção nacional de um novo estado"  
(GREEN, 2013)

Nesse artigo irei abordar a importância da educação para a formação da legitimidade do estado. Definindo o significado de educação e sua função social, poderemos compreender o sentido e o motivo de sua criação. Com base na leitura de vários críticos da educação moderna dos séculos XX e XXI, comparo a proposta da educação enquanto a sua função com a realidade, abordando as relações de poder na escola, a inserção de ideologias no currículo, a força do currículo oculto, a estrutura escolar perante os estudantes, a burocratização do ensino e muitos outros fatores que moldam os indivíduos para agirem de determinada forma na sociedade. O foco do artigo é apresentar ao leitor a presença de um ensino voltado para a formação de profissionais para o mercado, criando pessoas egoístas, competitivas e ansiosas, excluindo assim uma formação voltada para a cidadania, para seres humanos criativos, críticos, autônomos e racionais, pois sem esses cinco fatores a dependência do indivíduo com o estado é maior, marcando a legitimidade das estruturas de poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, Poder, Mercado, Dependência, Estado.

### ABSTRACT

"Education has always been the key instrument of national construction of a new State"(GREEN, 2013)

In this article, I will discuss the importance of education for the formation of the legitimacy of the State. Defining *a priori* the meaning of education and your social function, we can understand how the sense and the purpose of your creation. Thus, based on the reading of several critics of modern education of the 20th and 21st century, I compare the proposal of education while its function with the reality. I address power relations at school, the insertion of ideologies in the curriculum, the strength of the hidden curriculum, the school structure before the students, the bureaucratization of education and many other factors that shape individuals to act in a certain way in society. The focus of the article is to present to the reader the presence of an educational and professional training oriented to the market, creating selfish, competitive, eager people. As a result, this excludes a training focused on citizenship for critical, autonomous and creative rational human beings. Without these five factors, the dependence of the individual to the State is bigger, which confirms the legitimacy of power structures.

**KEYWORDS:** education, power, marketing, dependence, State.

## INTRODUÇÃO

Entende-se estrutura de poder como uma forma sistêmica e organizada, que determina o dominador e o dominado. Isso não parte apenas como uma forma “de impor a própria vontade numa relação social” (WEBER, 1994, p. 33), mas de formar indivíduos que reproduzam ideias e conceitos que legitimem essa estrutura. Tal formação somente pode ser realizada através da educação tanto a formal quanto a informal, por meio das instituições socializadoras.

No entanto, a maior problemática não se encontra na simples reprodução, mas no tipo de conteúdo que é reproduzido (ensinado). O conteúdo ensinado atravessa as lutas de classes e se solidifica nas demandas econômicas buscando atingir a reafirmação do poder do estado. Contudo, surge as seguintes dúvidas: Como se forma a legitimidade dessas estruturas de poder? Como a educação é importante para a legitimidade dessas estruturas? Quais são os tipos de pessoas que estão sendo formadas (socializadas)?

### **O Sentido da Educação.**

Entendemos educação segundo a definição de Durkheim na obra "Educação e Sociedade" como:

*“A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina”.*(DURKHEIM, 2010, p. 36-37)

Por assim, segundo Rudolf Lenhard, na obra “Sociologia Educacional”, afirma que essa definição ignora a educação entre dois adultos ou entre duas crianças, rejeitando a afirmação de Durkheim em que “educação é a ação exercida por pessoas maduras sobre imaturas”. Lenhard considera a questão de “madura” algo muito relativa para tratar como característica para essa definição. Outra crítica apontada por Lenhard é que a ação humana dirigida para um objeto é uma atividade intencional (1973, p. 25-26), logo também a educação é, no sentido de socialização e, dessa forma, toda conduta adotada com a intenção de socializar alguém, estará educando, mesmo que possa cometer atos impensados; Durkheim afirma uma educação não intencional, mas vinculada com a moral. Apesar das críticas, Lenhard assume que a definição de Durkheim é o melhor conceito como base para os estudos da sociologia da educação.

Ao olhar da psicologia pedagógica, a educação é considerada como um processo de aprendizagem, sendo também a socialização e a compreensão do conhecimento- o hábitus de Pierre Bourdieu (2004), de produtos culturais, técnicas, linguagem e outros fatores – seja pelo processo comportamental (*behavior*) ou pelo cognitivismo. Tal perspectiva, porém, não será de grande relevância para compreensão desse texto, pois esse campo da psicologia entrará no estudo do processo de apreensão ou de compreensão do indivíduo sobre o objeto.

Desse modo, vários autores acreditam na educação como sendo um instrumento de modelagem social aproximando-se com a ideia de Durkheim na qual a educação possui a função reprodutora dos valores e da moral de uma sociedade. Essa definição se complementa com as dos filósofos Aristóteles e Platão cuja noção de educação se entrelaça com a de política e torna a república como algo possível, por meio da cultura e linguagem que se é possível a fala, a comunicação, o diálogo e assim cria-se a ação política (PAVIANI, 2013). Ademais tal definição não se abstém apenas nesses autores, há uma enorme literatura sobre o assunto. Pretendo apresentar ao leitor apenas as definições nas quais acredito ser as mais fundamentais para compreendermos melhor a minha proposta na relação entre educação e estruturas de poder.

Ao pensamento mais filosófico da área de pedagogia, René Hubert afirma que a educação é um conjunto de ações e influências que um ser humano exerce sobre outro de maneira voluntária, essa atividade tem como objetivo desenvolvimento de um indivíduo que venha exercer alguma função no contexto social, mas tal processo habitualmente ocorre entre um adulto sobre o um jovem.

Portanto, podemos definir a educação como uma ação em que algo ou alguém comunica informações inteligíveis como sendo um conteúdo tanto intelectual como comportamental, concedendo chaves interpretativas semânticas para compreender a realidade experiencial para outro (s). Essa forma de transmissão pode ocorrer das mais diversas formas, pelas instituições, por meio da leitura, pela fala, pelos meios de comunicação em massa, mas fundamentalmente é uma ação.<sup>1</sup>

Outrossim, compreendemos as escolas como sendo instituições com o propósito de educar e preparar indivíduos para se inserirem na sociedade. Cada escola possui um corpo docente de professores onde cada um utiliza um método pedagógico para ensinar um determinado conteúdo. As matérias a serem ensinadas são selecionadas de acordo com o interesse de formação da instituição, em outras palavras, o tipo de indivíduos que a escola almeja formar para a sociedade. Esses conteúdos selecionados são chamados de currículo. Dentro dessas instituições há o desenvolvimento do plano curricular e do plano político pedagógico que dão base e organização para o decorrer do trabalho dos professores, cada unidade escolar se organiza de acordo com as demandas locais e gerais, seguindo bases curriculares de conteúdos selecionadas e determinadas nacionalmente.

Mas a educação não é puramente uma ação com o intuito de reprodução de uma sociedade. Nas palavras do autor Maurício João Farinon (2010) sobre a obra “Educação e Emancipação” de Theodor Adorno, implica que a educação tem como o objetivo central a de

---

<sup>1</sup> Digo como ação, pois para um ato de data, pesquisar, ler sobre algo, é necessário que sua ação esteja atrelada uma série de ações. Alguém deve ter escrito antes, logo, a ação de alguém ter escrito e a ação de algum outro de ler.

gerar células de humanidade. Nas palavras de Farinon seria como *“a dimensão ético-educacional enquanto constituidora de uma disposição interna ao ser humana que o permita qualificar e quantificar as experiências formativas”* (FARINON, 2010, p. 2). Isso seria, a formação da subjetividade do indivíduo como autocrítico e moral, da formação do sujeito com características de valores humanitários, de bondade, solidariedade, respeito, de forma geral, naquilo que respalda a moral e a cidadania.

Todo indivíduo é construído pelo pensamento de sua época<sup>2</sup>, *“... a consciência é determinada pela relação com aquilo que ela mesma não é, o Outro. Somos resultado da história...”* (FARINON, 2010, p. 6) . Ademais, o indivíduo se constitui como resultante dos fatores externos que lhe foram experimentados e apreendidos formado pela estética, pela arte, pela expressão dos fatos em seu redor.

A educação não se limita às instituições, mas abrange todos os fatores que influenciam a formação do indivíduo<sup>3</sup>. Farinon repõe a formação do indivíduo como a aproximação de sua subjetividade com aquilo que é externo a ele, pela abertura e fechamento com a identificação do “objeto”, ou seja, o potencial de pensamento de absorver ou não um determinado conteúdo. Sendo a educação como a única possibilidade de elevação do nível de consciência.

Por fim, a educação possui um sentido humanista de criar indivíduos humanos, sensíveis, independentes, auto gestores, criativos, morais, e que recriem e reproduzam as formas culturais de sua comunidade e de seu período histórico (Zeitgeist).

### **Estruturas de poder e de reprodução.**

De certo modo, a maioria dos autores das correntes da educação “anarquistas” e renovadoras possuem uma teoria crítica sobre as correntes tradicionais. Tendo como base a teoria crítica da escola de Frankfur, diversos pedagogos utilizaram esse método para exporem suas concepções com relação à educação.

Levando ao fato que a educação é uma ação socializadora (em síntese) (LENHARD, 1973), o debate se inicia com a seguinte pergunta: o que é formar um ser humano socializado? Tal questão não se restringe apenas na resposta de construir pessoas que sigam a moral e a cultura de sua comunidade, mas vai além disso. Outrossim, caímos em outro questionamento: Qual tipo de pessoas queremos formar para a nossa sociedade?

Não é uma pessoa que irá tomar a decisão de qual tipo de pessoas serão formadas, nem algum órgão político específico, essa resposta se liga à relação de várias instituições, órgãos, relações de poder, lutas de interesses e projetos no campo político, no campo axiológico da cultura e no campo da economia. Assim a resposta não se torna clara, ela não existe, não há como uma nação definir qual tipo de cidadão ela quer. Pois, isso advém da luta entre os vários grupos sociais, das demandas que a sociedade coloca como prioridade e dos valores de cada comunidade. Ou seja, há muita divergência e muitas opiniões que vão além do espaço geográfico de uma nação que influenciam na formação das pessoas. Contudo, não há

---

<sup>2</sup> Zeitgeist

<sup>3</sup> O processo de socialização e formação pisco cognitiva.

instituição que possua o monopólio da educação, porém dispõe do poder de nortear a formação cognitiva lógica interpretativa do mundo.

A verdadeira pergunta que proponho a responder é: a educação cria a legitimidade das estruturas de poder político? Como essa legitimidade surge? A primeira pergunta a resposta é bastante clara, sim, e a segunda explica a primeira.

À priori, temos que compreender como surgem as estruturas de poder. No ensaio da professora Lúcia Bruno (BRUNO, 2009) possuem uma proposta clara para explicar a formação dessas estruturas. A autora parte do princípio de que o Estado necessita de legitimidade, sendo essa o único instrumento que há para a permanência da ordem social. A sociedade possui demandas que só podem ser atendidas por instituições que possuam confiança da população, resultando em uma dependência entre instituições e indivíduos, causando a nossa submissão à essa “máquina” de poder.

A autora aborda Lévis Strauss e Pierre Clastres para explicar a origem das diferenças sociais e os moldes organizacionais da sociedade. Pela leitura pode-se compreender que a formação do estado se deu pelo aumento das demandas, como a sobrevivência material a segurança, a reprodução da cultura e dos valores, das normas e das formas organizacionais (com o aumento da complexidade sistêmica da sociedade). Em outras palavras, a estrutura política tornou-se o único instrumento no qual pode responder as demandas da sociedade e intermediar conflitos. Destarte disso, a legitimidade das estruturas se dá por nossa dependência com elas. Não obstante, Hegel propõe a figura do estado como a representação do espírito dos interesses de todo um povo, a unidade da vontade, mas o que vemos é que o estado criou seus próprios interesses. Isso se torna uma proposta interessante apontada pela Lúcia Bruno ao postular que o estado não possui uma legitimidade que o caracteriza por manter as estratificações sociais, mas mesmo fazendo ele ainda é visto como algo “inevitável”. Em outras palavras, nem todas ações feitas pelo estado são legítimas, mas são negligenciadas.

A aceitação das hierarquias, das estratificações sociais, da limitação da liberdade são todas reproduções da estrutura do estado, da sociedade, da própria cultura realizada por nós mesmos. Nossa mentalidade, nossa formação, os *hábitus* de cada *campo* geram lutas entre as classes e grupos sociais, acarretando em reproduções de conceitos que mantêm a legitimidade de todas essas ordens e estruturas de poder e de conflitos, desde o patriarcalismo doméstico até aos poderes concedidos aos políticos eleitos, por exemplo. Pierre Bourdieu na obra “Economia das Trocas Simbólicas” e “Razões Práticas” define o conceito de campos e *hábitus* para explicar as lutas entre as classes sociais que ocorrem de modo subjetivo em nossa sociedade. (BOURDIEU, 1974) (BOURDIEU, 2004) Complementando essa ideia, Norbert Elias na obra “Os Estabelecidos e os Outsiders” faz uma pesquisa de campo analisando como as estratificações sociais surgiram e perpetuam em uma pequena cidade no Reino Unido. (ELIAS e SCOTSON, 2000) Por esses autores compreendemos que a legitimidade dessas hierarquias (estruturas) de poder surge pela luta entre grupos que buscam se diferenciar, mas para que elas permaneçam, é necessário que a reprodução dos conceitos e ideias que as justificam ocorram, por meio da educação tanto a formal quanto a informal.

Entendemos pela leitura do “Discurso da Servidão Voluntária” de La Boétie que a aceitação da tirania se daria pelo hábito, da vivência sendo essa “*a primeira razão pela qual os homens servem voluntariamente é que nascem servos e são criados na servidão*”. Outro

fator seria pela covardia e o terceiro pela participação da tirania, de certo modo, a covardia seria o medo que as pessoas possuem em tentar mudar, lutar contra as estruturas de poder, como por exemplo, o medo que uma filha possui em enfrentar a autoridade do pai. E quanto à participação, vemos isso claramente pela reprodução das ideias e atitudes que legitimam as estruturas, desde expressões preconceituosas até a aceitação do aumento exacerbado do preço da gasolina.

Contudo não podemos continuar sem antes analisarmos o conceito de legitimidade em Max Weber. Para esse autor a legitimidade está entrelaçada com o conceito de dominação que é definido como: “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis...” (WEBER, 1994, p. 139). Com base na obra de Max Weber, interpreto que a legitimidade é uma das formas de se alcançar a obediência. Um poder sem legitimidade é a simples imposição sem justificativa, sendo apenas pelo uso da violência do estado este oferecendo benefícios (ação racional referente a fins) que se obtém a obediência.

*“Uma dominação pode também estar garantida de modo tão absoluto... por uma comunidade evidente de interesses entre o senhor e seu quadro administrativo... perante os dominados e sua situação indefesa a ponto de ela própria estar em condições de desdenhar toda pretensão de legitimidade”.*(WEBER, 1994, p. 140)

De modo geral, o estado oferece não apenas benefícios como o “único” modo de solucionar demandas da população. Somos criados em um meio social onde o pensamento de dependência com o estado é constantemente reproduzido. Logo, as soluções ofertadas pelo estado são compreendidas como absolutas, opções únicas. Portanto, o estado não apenas se torna o reprodutor de conceitos de estratificação, mas também a conduta de cada indivíduo que reproduz aquilo que lhe foi ensinado, ou seja, os hábitos de cada classe social refletem na conduta do indivíduo em cada campo em que esse se insere, assim surgindo lutas entre os campos e entre as classes dentro de determinados espaços (BOURDIEU, 1998).

Em síntese, a estrutura de poder, por meio de seus instrumentos institucionais, socializa os indivíduos para reproduzirem o funcionamento de ordenamento dessa mesma estrutura. Nessa relação entre estado e indivíduo, conforme os demais fatores que os indivíduos experimentam, em suas vidas pessoais, podem acarretar em divergências de comportamento, alterando a estrutura, desde que essa mudança de comportamento se torne legítima por um grupo social. Mas essa não será uma temática que trabalharei nesse texto, só para deixar claro, há a possibilidade de mudança na estrutura e, pelo fato do estado não possui o monopólio dos instrumentos de socialização.

Para deixar clarividente, nessa parte do texto trabalhei com a legitimidade do estado e das estruturas de poder que se dão pela reprodução de ideias e condutas praticadas pelos indivíduos, nos quais simplesmente aprendem através da educação, da escola, da família, das relações sociais e suas relações pessoais com outros, com fenômenos ou com coisas. Tais pensamentos e condutas que, com o tempo, tornam-se cotidianos, normais, por serem constantemente reproduzidos e perpassados para as novas gerações, enraizando na cultura, criando hábitos diferentes em cada comunidade e classe social, e assim transformam-se em uma tradição, tornando-se o sustento da legitimidade das estruturas de poder.

## **Educação, Estado e “seus” interesses.**

O estado não possui interesses. Isso faz parecer que o título é uma mentira, mas chamo “o estado” como sendo uma expressão dos interesses vitoriosos da luta entre as demandas do espaço público. Por assim, a estrutura de poder seleciona os interesses que serão abordados pelo estado através do jogo político. Ao mesmo tempo, o estado, também é uma estrutura sistêmica de poder formal, que selecionará, as demandas conforme os interesses de seus integrantes. É importante retomar que nem todas as demandas são construídas pelas opiniões da população, mas por vontades particulares de indivíduos que ocupam um cargo de poder ou por grupos que possuem poder, e, principalmente pelas demandas geradas pela própria estrutura, que seriam, por exemplo, o fortalecimento da legitimidade ou o crescimento da economia, sendo esses, objetivos orientados para o favorecimento de apenas uma pequena parcela da população, as elites.

O estado se torna o instrumento para a execução de projetos para satisfazer as várias demandas na nação como um todo. De certa maneira, o que leva a prioridade de certos projetos são os pensamentos da população como um todo, isso é, os valores. Os fatores axiológicos da cultura de uma nação servem como bases fundamentais que norteiam a criação de projetos políticos e de lei. Pois, se um projeto demasiadamente divergente aos moldes morais do país ser aplicado, essa política pública não teria legitimidade, acarretando em uma possível crise política.

Já a educação na forma informal, vemos a imposição de pais das “classes médias e altas” nas escolhas das profissões dos filhos (BOURDIEU, 1998, p. 46-52), na escolha da escola em que o filho irá estudar, selecionando pela forma pedagógica e pela reputação da escola, por exemplo. Isso tudo, com a finalidade de manter ou elevar o status social da família. O fato é que os valores da população exigem demandas específicas, dependendo da força da demanda, seja pelo poder da classe que a reivindica, seja pela quantidade de pessoas, tornam-se primordiais para o estado correspondê-las.

Observando as políticas dos governos em maioria, procuram criar e implantar projetos com foco no crescimento econômico. É notável que tal demanda advenha de um imaginário da população de uma nação que crê como fator positivo – no sentido maniqueísta – e necessário.

Como vimos, a educação é uma ação de reprodução e produção de tradições e de costumes que são passados e criados de geração em geração, no entanto, mesmo diante de tantas mudanças ainda há conteúdos perenes nesse processo como aspectos econômicos e as bases morais da sociedade.

Michael Apple esclarece com maior clarividência sobre essa “dependência” entre a educação e a economia. No início de sua obra “Educação e Poder”, Apple faz uma citação de Manuel Castells: “A sombra da crise estende-se pelo mundo” (Apple, 2002, p. 19), a crise não é apenas econômica, mas cultural e política. O hiato entre as classes tende apenas a crescer.

“O estado e a escola não estão imunes a essas pressões. A austeridade social [precisa] ser conquistada. As políticas governamentais precisam corresponder às exigências do capital. As práticas educacionais precisam ser mais bem alinhadas com o trabalho e os custos dos pré-requisitos de pesquisa e desenvolvimento das empresas precisam ser socializados...” (Apple, 2002, p.25).

Ou seja, o estado possui demandas nas quais buscam solucionar por meio da educação, demandas da legitimidade de sua estrutura de poder e demandas da necessidade do crescimento econômico.

Vemos em muitos outros autores uma crítica aos modelos educacionais hegemônicos, a educação formal, em Pierre Bourdieu, Christian Baudelot, Roger Establet, Basil Bernstein, Jock Young, Geoff Whitty, Paul Willis, Miklós Kallos, Lundgreun, Antonio Gramsci, Samuel Bowles, Herbert Gintis, Michael Apple, Ivan Illich, Paulo Freire, Carl Rogers, Henri Wallon, Theodor Adorno, Karl Mannheim dentre muitos outros intelectuais os quais apontam a educação formal como sendo um modelo de formação de indivíduos amorfos, reprodutores de crenças e valores, sem senso crítico, sem raciocínio pessoal, com menor autonomia, inseguras e não criativas. Ou seja, uma educação que busca criar pessoas para obedecer, para trabalharem, pessoas voltadas para a produção da mercadoria.

Pode-se afirmar que esse modelo de educação é orientado pelas demandas do estado e pela estrutura de poder. Tais demandas têm como origem no pensamento de valores da população, pensamentos reproduzidos. Estamos imersos nos valores capitalistas, como a meritocracia, o acúmulo de capital, os status, o consumismo, dentre outros valores ensinados às novas gerações pelo currículo escolar (BOURDIEU, 1974) pelo currículo oculto (APPLE, 2002) e aquilo que chamo de currículo informal.

O currículo informal seria a transferência de informação por tudo que se é experimentado além do conteúdo institucionalizado nas escolas como os valores transmitidos pela família e pelos ciclos sociais nos quais o indivíduo convive, ou as informações nas redes sociais, em sítios eletrônicos, ou até mesmo alguma experiência pessoal com alguma situação, animal ou objeto que lhe forneceu conhecimento. Uma lógica inserida na atmosfera de campos e hábitos (BOURDIEU, 1974) na qual em cada relação social em que o indivíduo se encontra presente, dependendo da pessoa a qual ele está se relacionando e dependendo do lugar, estará inserido em um campo que exige certa conduta, o hábitus. Assim, o indivíduo aprende o hábitus para cada meio onde vivência, desde com o ciclo familiar aos amigos, para se comportar “adequadamente” em cada local. Logo, o hábitus se torna instrumento cognitivo que norteia a interação e a interpretação do mundo.

O currículo escolar é constituído pelos conteúdos selecionados pela instituição escolar, determinando assim o conhecimento que será perpassado em sala de aula. O currículo é formado por conteúdos voltados para alcançar os objetivos que aquela instituição almeja. As escolas, principalmente as privadas, estão à mercê de uma lógica de mercado, logo, agem como empresas, onde o seu serviço é licenciar, disponibilizar aulas para preparar o aluno para o mercado de trabalho. As instituições familiares, muitas das vezes, reproduzem a ideia que um bom emprego é mais importante que a formação humana. Assim, as matérias em sua maioria são voltadas para preparar o indivíduo para sua capacitação para atender o mercado. A educação passa a ser tratada como mercadoria de consumo. Entretanto o currículo e a



pedagogia se restringem apenas no conteúdo “técnico”, não há aprendizado, há apenas a imposição do conteúdo “histórico”, obrigando o aluno a “decorar” e aplica-la em avaliações. (ZIMRING, 2010, p. 34)

O currículo oculto é a forma que são perpassados os valores de hierarquia e valores pessoais dos professores. Quando o aluno faz uma intervenção na aula, para expor uma ideia ou opinião é comum ouvir dos professores frases como: “você quer vir dar aula? ”; “você possui um diploma? ”; “vai ler”; são exemplos de frases que transmitem uma forma de impor a hierarquia de poder na sala de aula, como uma forma de sanção, cala a opinião do estudante, prejudicando em seu senso crítico, seu interesse e, muitas das vezes, em sua autoestima.

Para que os currículos são moldados dessa maneira? O currículo é a forma de transmitir os valores que refirmam a tradição, e moldam os indivíduos para o exercício de suprir as demandas do estado. Por assim, são desenhados:

“...como um aparelho do estado as escolas exercem papéis importantes na criação das condições necessárias para acumulação de capital... e para a legitimação (elas mantêm uma ideologia meritocrática imprecisa e, portanto, legitimam as formas ideológicas necessárias para recriação de desigualdades)” (APPLE, 2002, p. 31)

A educação incorporou a forma de mercado ligado com a legitimidade das estruturas de poder, valores pelos quais são transmitidos por meio do currículo. Desse modo, o conteúdo, o método de ensino e a estrutura escolar modelam um indivíduo limitado e reprodutor dos valores e ideias que legitimam a estrutura de poder.

A elaboração dos conteúdos para a formação do currículo está diretamente relacionada com as demandas sociais selecionadas pelos interesses daqueles que possuem influência na estrutura do poder estatal.

“... existe hoje um conflito intenso entre grupos, em torno da escola. Industriais e burocratas educacionais querem tornar as escolas mais eficientes para fazer com que elas satisfaçam às exigências ideológicas e de mão de obra da economia.... Ao mesmo tempo...muitos dos pais de estudantes pertencentes a grupos de classe, de gênero, de raça e grupos de interesse para tornar as escolas mais voltadas para as conflitantes necessidades de cada um desses grupos.” (APPLE, 2002, p. 133)

As demandas sociais consistem não apenas as que o estado apresenta, mas também à “vontade” e interesses dos grupos consumidores do mercado de ensino.

Concluo essa parte com um princípio lógico e quase obvio. As demandas do mercado influenciam toda a estrutura política e os seus atores. O estado foca suas ações para solucionar tais solicitações socioeconômicas, resultando em mais empregos e maior capital de giro, agradando a população. População a qual está imersa em valores “capitalistas” como a

meritocracia, a ordem hierárquica, o consumismo, o acúmulo de capital econômico e ao materialismo. A demanda não nasce do mercado, mas da cultura de mercado apreendida e reproduzida pela população, independentemente de sua classe social. Ou seja, os valores materialistas que se satisfazem com o crescimento econômico apagam os valores humanos que deveriam ser transmitidos na educação.

### **A Educação e a legitimidade da estrutura de poder.**

Como vimos, as estruturas de poder nada mais são do que formas de organização social sistematizadas dentro de uma determinada comunidade, constituídas de valores advindos dos grupos vencedores de lutas ideológicas ocorridas ao decorrer da história. Contudo, a estrutura de poder nasce da população e se reproduz por ela, por meio da cultura visando à formação de um tipo de pessoa específica, são utilizados os currículos como modeladores pelas instituições escolares e pelas famílias (de acordo com o hábitus de cada classe social).

A educação é o principal instrumento de reprodução de modelos de pensamentos<sup>4</sup>, perpetuando assim, a justificativa e a legitimidade das estruturas de poder. Porém, essa educação não se restringe apenas nas formas de currículos: o escolar, o oculto e o informal, mas também em aparatos como as provas, a posição enfileirada das carteiras, o uniforme escolar, as punições às “desobediências”, e todo modelo de ordem administrativa da instituição escolar que se assemelha com as estruturas de poder de uma empresa, prisões e fabricas ou de modelos políticos como a democracia representativa, por exemplo.

“Uma escola fundada na memorização do conhecimento, num sistema de exames que mede a eficácia da preparação ao mesmo, nada provando quanto à formação durável do indivíduo, desenvolve uma pedagogia paranoica, estranha ao concreto, ao seu fim. Quando falha, interpreta este evento como responsabilidade exclusiva do educando.” (TRAGTENBERG, 1976, p. 17)

O modo que a educação é aplicada por si só já imerge o aluno para dentro da lógica hierárquica, colocando-o numa posição em uma estrutura de poder. Desse modo, ele não apenas se conforma com a submissão à estrutura, mas também se torna um participante dela.

Pode-se comprovar tal argumento com a leitura da obra “Vigiar e Punir” na qual o autor Michel Foucault discorre sobre o modelo de conduta militar e a compara com o modelo de ensino, analisando a forma hierárquica que existe entre os alunos, orientada pela meritocracia de cada aluno, se seu comportamento está coerente com as regras da instituição assim como suas notas nos exames avaliativos, elevando certos estudantes “exemplares” ao patamar de monitores ou representantes de classe. (FOUCAULT, 1977)

---

<sup>4</sup> Estruturas lógicas de interpretação do mundo.

A participação do aluno dentro dessa estrutura de poder não se dá simplesmente pela forma da obediência, mas de sua colaboração e reprodução da lógica do sistema.

Alógica do modelo organizacional da estrutura de poder dentro das instituições escolares se aproxima muito com o modelo de dominação burocrático descrito por Max Weber (1994). Outrossim, Maurício Tragtenberg faz um estudo específico com a burocratização das instituições escolares, apontando a necessidade do mercado em mão de obra cada vez mais especializada afetando os modelos escolares.

“No século XIX a expansão da técnica e a ampliação da divisão do trabalho, com o desenvolvimento do capitalismo, levam a necessidade de a universalização do saber ler, escrever e contar. A educação já não constitui ocupação ociosa e sim uma fábrica de homens utilizáveis e adaptáveis.” (TRAGTENBERG,1976, p.15)

Michel Apple por sua vez, correlaciona o controle sobre os alunos nas instituições escolares com as formas de controle de trabalhadores em fábricas, distribuindo em três formas de controle (1) o simples; (2) o técnico; e por fim (3) o burocrático. Todas as formas se relacionam entre si, uma complementa a outra. O simples (1) consiste na relação entre trabalhador e empresário, na qual o trabalhador vende sua força de trabalho ao empresário e esse deve cumprir o serviço para não ser demitido. O técnico (2) se resume na quantidade e/ou na qualidade de produção, isso somado com a numeração da sua operação. E o burocrático (3) que por sua vez são modos de qualificar o desempenho, de inserir o trabalhador numa hierarquia, a imposição de regras. (2002, p.156).

Ao aplicar essas formas de controle com a educação vemos o controle simples (1) na forma de desempenho do aluno, quantificado no sistema de avaliações, caso ele não atingir determinada nota média, é reprovado. No técnico (2) temos, por exemplo, carteiras magnéticas de estudantes para entrar na escola e programas que observam a frequência do estudante. Por fim, o burocrático (3), o qual nós analisamos acima, concedendo a atividade avaliativa no comportamento do estudante; a imposição de determinada forma de conduta, a obediência pelos horários...

Assim, compreendo que a escola como reprodutora dos valores, legitima a lógica e a ideologia do ordenamento das estruturas de poder. Os valores que são ensinados são os das classes vitoriosas da luta pelo poder, assim os valores deixam de ser de uma classe específica e passam a serem do imaginário da população<sup>5</sup>. No entanto, novos valores são formados conforme os movimentos sociais, culturais, políticos e econômicos afetando o conteúdo selecionado nos currículos.

As estruturas de poder alteram-se conforme o tempo e a cultura.

---

<sup>5</sup> Uma obra que pauta sobre a influência das elites sobre as demais classes sociais seria “O Processo de Civilité” de Norbet Ellias. Nelas o autor apresenta, com vários detalhes, como certos costumes comportamentais e formas de pensamento das elites se disseminaram para as outras classes.

“... a hegemonia não é um fato social já acabado, mas um processo no qual os grupos e classes dominantes (buscam obter o consenso ativo daqueles os quais exercem o domínio). Como parte do Estado, a educação, portanto deve ser vista como um elemento importante na tentativa de criar um consenso ativo”. (APPLE, 2002, p.43-44).

Desse modo há várias disputas entre os grupos sociais pelo poder, a partir de acordos e lutas, determinados projetos chegam a ser aplicados, assim mantendo certas hegemonias. Ao mesmo tempo que outras podem vir a emergir, alternando o grupo hegemônico.

Concluindo, a estrutura de poder é distribuída entre determinados grupos que detém o monopólio de influência. A escola não é uma instituição maligna, mas um instrumento fundamental para a reprodução da estrutura. Pois a estrutura modela os indivíduos e esses a mantém por meio da reprodução. Mas com o fluxo de informação e comunicação, a escola perde o monopólio da socialização, deixando a estrutura à mercê de mudanças. Os seres humanos se criam e recriam a partir de suas relações com outros e com o meio, modificando a forma de reprodução do organograma da estrutura de poder. Por mais que a estrutura escolar, enquanto instrumento de legitimidade da estrutura de poder, tenha perdido seu peso, ela continua causando grande estrago para a formação cognitiva dos estudantes. O currículo técnico e denso, dificulta o desenvolvimento crítico e criativo. Fora que a estrutura de avaliação prende o indivíduo a uma determinada forma de comportamento, a de decorar o conteúdo ao em vez de apreendê-lo. Não obstante, o currículo informal tem replicado esse método de funcionamento social, por meio da exposição excessiva de conteúdos de entretenimentos supérfluos.

## CONCLUSÃO

A educação como ação de formação de um ser humano para a sociedade, capitalista, cívica, concorrencial, meritocrática, consumista e individualista é limitada para a formação de um agente de atuação no mundo. Uma educação que visa à obediência do indivíduo às regras sociais e a submissão as estruturas de poder que, apesar de proporcionar a ordem e a produtividade têm como consequência gerar pessoas egocêntricas, individualistas, medíocres, sem criatividade, criticidade, solidariedade, autonomia e raciocínio pessoal, essas consequências chamo de “formação do ser humano amorfo”.

A crítica do modelo de educação voltada para o mercado não se restringe apenas a Theodor Adorno, Ivan Ilitch, Michael Apple, Anthony Green, Henri Wallon, Carl Rogers, Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu, Paulo Freire dentre outros, mas isso vai além. Atravessa um imaginário de uma grande parcela da população podendo ver isso através de manifestações de professores e em manifestações artísticas como a música “Another Brick in the wall” da banda PinkFloyd, ou em obras literárias como Fahrenheit 451 do autor Ray Bradbury.

São diversos os meios que a educação utiliza para alcançar a obediência do sujeito no que resulta a “formação do ser humano amorfo”. A simples estrutura de provas e rankings de

alunos, classificação por meio de notas e posições de privilégios causam uma enorme concorrência, estimulando no indivíduo não apenas a ganância (ou desistência como vemos em Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido*), mas o individualismo exacerbado. O aluno passa a se preocupar muito consigo mesmo (seus objetivos pessoais sobrepõe os valores solidários), para se manter em uma posição de status elevada. A ausência de criticidade é clara pela forma que é feito o currículo formal, a quantidade de material e conteúdo sobrecarrega tanto o professor quanto o aluno, não dando tempo para que haja discussão na aula, apenas a exposição da matéria. Não obstante, não é de se duvidar que o atual modelo de ensino seja um dos possíveis fatores que tem provocado a onda de depressão deste início de século.

A questão do raciocínio se entrelaça com o currículo. Exatamente pela quantidade de matéria exigida, a aula passa a ser mais fugaz e impositiva. Sendo assim, numa aula de matemática, por exemplo, são apresentados os problemas de resolução matemática e logo em seguida o a resolução, impedindo que o aluno raciocine por si só. A autonomia por sua vez é diminuída. Causado não apenas pela dinâmica de aula, mas pelo próprio currículo oculto e pela hierarquia da instituição. Portanto, enquanto haver imposição do conteúdo, a não exploração da curiosidade e a não apresentação da utilidade do conhecimento, o aluno apenas recebe conhecimento, o que não se pode afirmar se foi ou não aprendido ou decorado pelo aluno. Outrossim, o sistema avaliativo exige apenas a replicação do conteúdo, não estimulando o aprendizado, mas a prática de decorar.

Por fim, a criatividade é diminuída pelo fator da imposição do conteúdo, pela não crítica do mesmo, pela falta da autonomia, de certo modo por não exercitar o aluno a pensar de maneiras diferentes, de analisar, interpretar e solucionar problemas envolvendo o conteúdo. Pois, como a matéria é imposta, a temática acaba por se restringir ao conteúdo exposto, não provocando a curiosidade do aluno. A criatividade se encontra, de certa forma genérica, na resolução de um “problema” e no modo de expressão pessoal (ALENCAR e FLEITH, 2003-2009) e ela não é trabalhada.

Até então tratamos apenas da instituição escolar, mas é crucial lembrar que o processo da “formação do ser humano amorfo” não se restringe a essa instituição. Uma gama de valores inseridos no pensamento social, reproduzidos em todas as formas de relações sociais também proporcionam tal fenômeno. Estamos falando de uma cultura que proporciona a “formação do ser humano amorfo”.

Falando desse modo, faz pensar que todo ser humano tende a se tornar “amorfo”, no entanto a formação humana é muito relativa, pois está diretamente relacionada com variação das experiências vividas de cada indivíduo.<sup>6</sup>

Vale salientar que as demandas das empresas estão mudando, como nos escritórios e empresas na Califórnia demandam de indivíduos cada vez mais criativos. O mercado necessita de novas ideias, e assim com o tempo talvez a educação mude.

O mercado de ensino também se tornou muito variado com as várias escolas particulares que possuem pedagogias alternativas e currículos alternativos. Toda essa estrutura curricular de ensino médio e fundamental se modifica conforme o método de ingresso nas

---

<sup>6</sup> A “formação do ser humano amorfo” é apenas um tipo ideal de um aspecto presente na educação.

universidades. Essas por sua vez buscam melhorar sua qualidade dentro dos critérios de “rankings”, ou seja, tudo pode mudar conforme os critérios de avaliação desses “rankings”.

Outro fator que tende a mudar essa “formação do ser humano amorfo” é a internet, as redes sociais e a fluidez de informações. Espaços onde os indivíduos dialogam com as críticas e conhecimento, onde há uma gama de informações que podem ser adquiridas com apenas um “click”. A era digital é a era do conhecimento e da comunicação, da criação e da produção. Logo, dificilmente a “formação do ser humano amorfo” tende a crescer. Porém, até no uso da internet o estímulo por conhecimento não é tão estimulado, o seu uso é prioritariamente de entretenimento, com um fluxo enorme de conteúdo, opiniões, produtos de consumo. A energia criativa é desviada para as redes sociais e não para a atividade da aprendizagem.

Por fim, é fundamental que a estrutura e o currículo escolar sejam modificados. Focados menos em conteúdos e mais no estímulo por buscar conhecimento; menos nas respostas prontas e mais na criatividade; menos na competitividade e mais na cooperação; impondo menos e incentivando a crítica; pois estimulando a independência por conhecimento o indivíduo se torna mais autônomo e consciente. Logo, a educação é fundamental para alterar as estruturas de poder e recriar a sociedade. Por assim, torna-se crucial a implementação de mecanismos que estimulem os alunos a pesquisarem e desenvolverem trabalhos de acordo com seus interesses, concedendo-lhes a forma de expressão que escolherem. No que, além de desenvolver a iniciativa, criatividade, independência, identidade, autonomia, conhecimento e senso crítico, tal mecanismo proporcionará um instrumento de *feedback* para o corpo docente com a finalidade de identificar as vocações latentes dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. S. D.; FLEITH, D. D. S. **Criatividade**. 3. ed. Brasília: Univesidade de Brasília, 2003-2009.

APPLE, M. **Educação e Poder**. São Paulo: Artmed, 2002.

AUTORES, V. Education. **Wikipedia**, 13 junho 2003. Disponível em: <<https://en.wikipedia.org/wiki/Education>>. Acesso em: 25 Maio 2015.

AZEVEDO, J. M. L. D. **A Educação como Política Pública**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 295-336 p.

\_\_\_\_\_. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. 41-64 p.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas**. Campinas: Papyrus, 2004. 13-52 p.

BRUNO, L. Poder político e sociedade: qual sujeito, qual objeto. **Crise da escola e políticas educativas**, Belo Horizonte, v. 1, p. 81-139, 2009.

DEMO, P. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas: Papyrus, 1994.

DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Hedra, 2010.

- ELLIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FARINON, M. J. **Teoria Crítica e Educação: a dimensão ético-educacional do sujeito estético em Adorno**. V CINFE Congresso Internacional de Filosofia e Educação. Caxias do Sul: ISSN. Maio 2010. p. 1-15.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREITAS, D. N. T. **A Avaliação da Educação Básica e Ação Normativa federal**. Cad. Pesquisa.
- GREEN, A. **Education, Globalization and the Nation State**. New York: Scholarly and Reference Division, 1997.
- HERMAN, E. S.; CHOMSKY, N. **A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia**. São Paulo: Futura, 2003.
- HILLYGUS, D. S. **The Missing Link: Exploring the Relationship Between Higher Education and Political Engagement**. Political Behavior, v. 27, p. 25-47, 2005.
- HOURDAKIS, A. **Aristóteles e a educação**. São Paulo: Loyola, 2001.
- ILLICH, I. **Deschooling Society**. New York: New York, v. 56, 1671.
- LENHARD, R. **Sociologia Educacional**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- LIBÂNEO, J. C. Tendências Pedagógicas na Prática Escolar. In: LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1986. p. 19-44.
- MASI, D. D. **Criatividade e Grupos Criativos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- MEYER, J. W.; RUBINSON, R. **Education and Political Development**. Review of Research in Education, v. 3, p. 134-162, (1975).
- MORAES, R. C. **Reformas Neoliberais e Políticas Públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-Sociedade**. Educação e Sociedade, p. 13-24, 2002.
- NOGUEIRA, M. A. Um Tema Revisitado- as classes médias e a escola. In: APPLE, M.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. **Sociologia da Educação**. Rio Grande do Sul: Penso, 2013. p. 280-290.
- PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar: história de submissão e rebeldia**. Casa do Psicólogo, p. 79-139, 2010.
- PAVIANI, J. **Platão e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- POTERBA, J. M. **Demographic Structure and the Political Economy of Public Education**. Journal of Policy Analysis and Management, Cambridge, p. 44-66, 1997.
- REAY, D. Sociologia, Classe social e educação. In: APPLE, M.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. **Sociologia da Educação**. Rio Grande do Sul: Penso, 2013. p. 428-437.

- SPOSITO, M. P. Interfaces entre a Sociologia da Educação e os Estudos sobre a Juventude no Brasil. In: APPLE, M.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. **Sociologia da Educação**. Rio Grande do Sul: Penso, 2013. p. 438-446.
- TRAGTENBERG, M. A Escola como Organização Complexa. In: GARCIA, W. E. **Educação Brasileira Contemporânea**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976. p. 15-30.
- WATERS, R. **Another Brick in the Wall**. Harvest: [s.n.], 1979.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- \_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, v. 1, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**. 4. ed. Brasília : UnB, v. 2, 2012.
- ZIMRING, F. Carl Rogers. **Recife**: Fundação Joaquim Nambuco, 2010.